

# História militar do Brasil

## Nacionalidade, ethos e ciência militar<sup>1</sup>

Sérgio Paulo Muniz Costa\*

### Introdução

A história nasceu militar e continua a sê-la. A Grécia Clássica tem, nos versos da *Ilíada* de Homero sobre a Guerra de Troia, um de seus marcos fundadores. E é com Heródoto e Tucídides que surge a história, a partir das guerras que descrevem.

A história, que na Antiguidade Clássica nasceu sem um nome adequado, inspirou outras ciências, com elas amalgamou-se e ressurgiu multiforme na tradição intelectual do Ocidente. Só recentemente aplicou-se à história o termo “militar”. Conquanto essa compartimentação seja um reflexo da especialização do conhecimento nos últimos séculos, o esquecimento da origem da história restringe seu alcance e finalidade. O mundo e a humanidade jamais deixaram de estar em guerra ou de se preparar para ela, uma continuidade que deu à história sua vocação pedagógica e política.

Modernamente, do ponto de vista científico, a história militar é uma disciplina histórica, que faz parte da família das ciências históricas, adotando-se a terminologia de Topolski<sup>2</sup>. Em determinadas situações, a história militar pode vir a ser também uma disciplina auxiliar da história, na medida em que suas regras de procedimento

auxiliem o criticismo externo das fontes, a verificação da validade das fontes.

A história militar assume, no entanto, uma dimensão mais ampla quando se cotejam as funções da história, da qual ela é tão próxima: 1ª) a descoberta de regularidades na vida social<sup>3</sup>; 2ª) o atendimento ao desejo do homem de conhecer a si mesmo; 3ª) o seu papel educacional (Topolski, 1976, p. 674-675).

A primeira função da história pode ser sintetizada em um dos predicados enumerados por Cícero: “mestra da vida”, da vida social, cuja organização depende da compreensão do seu desenvolvimento, tanto em curtos períodos, como através dos tempos. Por analogia, o estudo histórico das campanhas e instituições militares serve à compreensão, tanto da evolução social, como da arte da guerra, já que os soldados emanam das sociedades, as quais, em suas formas mais evoluídas, os têm sob o controle do Estado.

A segunda função da história, de permitir ao homem conhecer a si próprio, tanto individual como coletivamente, é, para muitos historiadores, a mais importante da história militar. Patton acreditava que a finalidade da história:

\* Cel Art R/1 (AMAN/1975, EsAO/1985, ECEME/1992, CPEAEx/2003). Doutor em ciências militares, historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Foi presidente da Comissão Regional de Valorização das Fortificações Históricas de Salvador/BA, chefe da Seção de Ensino de Geografia e História Militar da AMAN. Dentre outras obras, é autor de *História e conhecimento: suas conexões e perspectivas* (UFPR, 2014), *A Construção da Fronteira Sul: a guerra de 1825* (IHGRGS, 2015), *Idade Média: mil anos no presente* (ediPUCRS, 2016) e *Cinco séculos de história militar do Brasil: espaço, cultura, sociedade e nação* (IHGB, 2021).

é aprender como o ser humano reage, quando exposto a perigos de ferimentos e de morte, e como os ocupantes de altos cargos reagem quando submetidos às pesadas responsabilidades de conduzir a guerra ou os preparativos para ela. A aquisição de conhecimentos referentes às datas e lugares onde certos eventos ocorreram não tem importância... (Blumenson II, 750, *apud* Luvaas, 1996, p. 69).

Essa função da história é crucial para o militar profissional, pois a escolha da sua profissão traz consigo a permanente preocupação de como se preparar para a guerra. Ao longo de toda a sua carreira, o soldado profissional, do tenente ao general, passou horas intermináveis imaginando, estudando, concebendo ou planejando a guerra. Se ele já sofreu os horrores de uma, a marca será indelével no seu espírito. O alto grau de proficiência e o bom senso permitirão àquele profissional discernir o que pode ou não ser empregado em outra campanha. No caso das nações que vivem em paz há muito tempo, no entanto, os seus soldados não viram, sofreram ou sentiram a guerra. Foram formados e continuam se preparando para a sua contingência, encarando-a dialeticamente em seu íntimo como tragédia humana e oportunidade para o cabal desempenho das funções para as quais se preparam durante toda a vida. No mal definido contorno de suas sombras, perguntam-se como se sairão, individualmente e em conjunto, levando em conta tudo o que aprenderam e ensinaram<sup>4</sup>.

A terceira função da história, a educativa, fundamenta-se na anterior, a cognitiva, e se cumpre por duas vias. Internamente, no desempenho de sua função social, pela construção do conhecimento histórico que contribui para a autoimagem da sociedade, e externamente, mediante sua participação na produção de conhecimento empreendida por diversas ciências e disciplinas, seja na historização compreensiva de fatos e acontecimentos sociais e científicos, seja na avaliação prospectiva do seu significado<sup>5</sup>.

Como assevera Topolski, “a educação histórica é uma das principais fundações da modelagem da consciência ideológica e política da sociedade” (Topolski, 1976, p. 675). E uma sua outra colocação, a de que a história “é um dos principais elementos da consciência nacional e uma das condições básicas da existência de cada nação” (*Ibid.*, p. 676), trazida aos nossos dias, explica por que guerras, internas e externas, estão sendo travadas pela história.

A primeira parte deste artigo demonstra como, no caso do Brasil, a nacionalidade está profunda e firmemente enraizada em sua história militar. Os efeitos poderosos da guerra na formação e evolução do país não deveriam causar surpresa se não fosse esquecido, como muitas vezes é, que a guerra é o mais complexo fenômeno social, colocando à prova governo, instituições, política, economia, forças armadas e todas as relações entre classes e grupos sociais. O Brasil tem história e história militar. Não é possível compreendê-lo sem uma e outra, muito menos os brasileiros.

Na segunda parte, é apresentado o papel da história militar como principal fonte do *ethos* militar, que se transmite de geração a geração, no âmbito do grupo social, desde o institucional, o Exército, até o organizacional, a unidade, pelos exemplos de dedicação, sacrifício, bravura e disciplina. A história militar é a primeira e a derradeira palavra, a mais incisiva e definitiva, lida e escrita, do compromisso do Exército com sua finalidade precípua: travar e vencer a guerra, o que, em última análise, determina como os exércitos, não pelo que são, mas pelo que fazem, modificam as vidas das nações e dos indivíduos.

A terceira parte trata do caráter educativo da história militar, que sendo uma disciplina histórica, que faz parte da família das ciências históricas, é também uma disciplina das ciências militares, cumprindo um papel mais aproximado da metodologia objetiva da história, no sentido de levar a uma reflexão especial sobre as operações militares ocorridas no passado que guardam semelhanças com as estudadas no presente e de con-

tribuir para a evolução e aplicação da doutrina militar em diferentes contextos e situações<sup>6</sup>.

No caso dos princípios de guerra, um esforço de racionalização da conduta das operações militares, a sua aplicação está fortemente condicionada a fatores subjetivos de natureza psicológica, sociológica e organizacional. Na educação e treinamento do chefe militar, deve ser levada em conta a necessidade de ele ser capaz de identificar a realidade que o cerca em todas as suas nuances<sup>7</sup>, uma condição alcançada especialmente pela leitura e reflexão da história militar.

## Nacionalidade

A nacionalidade brasileira está fundada na formação e evolução do Brasil, ou seja, na construção do patrimônio territorial, cultural e espiritual comum ao povo brasileiro, que deu forma à nação. Resultado de uma síntese humana, na qual o próprio adventício civilizador, o português, assumiu aqui características notadamente distintas de sua origem, o Brasil se constituiu como nação antes de existir como Estado. Por tal motivo se pode entender a nacionalidade brasileira: o pertencimento emanado de vínculos sociais, econômicos e marciais estabelecidos ao longo de três séculos.

É a espada que dá origem ao Brasil, a começar pela fundação da Dinastia de Avis nascida da vitória de Aljubarrota, em 1385, o cadinho da geração que Camões imortalizou como ínclita, do Infante, que cometeu a aventura universal das Navegações, da qual emerge a “primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência” (Freyre, 2003, p. 73).

O estudo dos feitos dos soldados na história do Brasil é uma tarefa complexa, só tornada possível por meio de uma coerência do seu legado histórico-cultural. Como pontuei na apresentação do livro *Cinco séculos de história militar do Brasil*, essa tarefa nos convida à compreensão do país pela identificação, ao longo de sua história,

das etapas que o sintetizam: espaço, cultura, sociedade e nação. Uma proposta de metaleitura pela qual se extrai da história militar a consecução dessas etapas-síntese e, em última análise, a explicação do Brasil.

Foi pela guerra que se definiu o espaço no qual se constituiria o Brasil. A guerra que o português medieval não hesitou em travar aqui, em terra e mar, com os seus concorrentes europeus. Guerra, atividade por excelência do indígena, de quem o português muito aprendeu<sup>8</sup> e a que se mesclou para travá-la e vencê-la. Guerra sem trégua, que sobressaltava as nascentes povoações defendidas por muros de taipa e cercas de pau a pique e cujas sentinelas perscrutavam o mar. Foi a guerra que fez a Câmara de São Vicente, a primeira do Brasil, promulgar, em 9 de setembro de 1542, o Termo que impunha obrigações militares a colonos e a proprietários de engenhos e foi reproduzido no Regimento de 1548, trazido por Tomé de Souza, o qual, por sua vez, enquadrava os povoadores do litoral em um sistema de milícias apoiado pela força regular vinda com o governador-geral.

O primeiro século da história do Brasil é de luta pelo domínio do litoral, tanto dos portos e aguadas para os navios, como das áreas de extração dos produtos da terra, o pau-de-tinta e especiarias como a pimenta, já com bom mercado na Europa. Essa conquista pelos portugueses aconteceu em duas etapas. A primeira, ao longo da costa Norte-Sul, de Cananeia ao Rio Grande do Norte, durante a maior parte do século XVI, em luta contínua contra os franceses e seus aliados indígenas, tamoios e aimorés, sobretudo. A segunda etapa se desenvolveu na costa Leste-Oeste, do Rio Grande do Norte ao Amazonas, nas primeiras décadas do século XVII, de início contra os franceses, culminando com a destruição de fortes ingleses e holandeses na foz do Amazonas.

No litoral sudeste, foram os colonos do Espírito Santo que avisaram o governador-geral da presença dos franceses na Guanabara, que os atacaram, destruindo o forte de Coligny em

memorável batalha de dois dias. No planalto de Piratininga, o padre José de Anchieta participava, como intérprete, de patrulhas de incursão contra redutos franceses e tupiniquins. E quando Estácio de Sá saiu de São Vicente para fundar a vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, veio acompanhado de indígenas de Cananeia, tamoiões dissidentes, tupis do sertão discípulos dos padres jesuítas e colonos brancos voluntários. A luta de quase dois anos em torno da vila fundada aos pés do Pão de Açúcar e do Cara de Cão foi travada especialmente no mar, muitas vezes por flotilhas de canoas, e, na batalha final para expulsão dos franceses, Mem de Sá dispôs de navios e homens vindos de Portugal, combatentes e suprimentos de Pernambuco e indígenas do Espírito Santo.

Expulsos os franceses do litoral sudeste, foi retomada a luta pelo Nordeste, onde os franceses permaneciam na posse do litoral entre Salvador e Pernambuco e da Paraíba ao Rio Grande do Norte. As conquistas da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Sergipe se fizeram quase que simultaneamente, as primeiras a partir de Recife, e a última a partir de Salvador.

Em 1585, diante da ameaça representada pelos franceses e por uma grande concentração de potiguares seus aliados, a população e a Câmara de Recife escolheram o ouvidor-geral Martim Leitão, investido como mestre de campo, para chefiar a força expedicionária de socorro a Filipeia, núcleo da futura capital da Paraíba, a primeira expedição militar inteiramente constituída no Brasil, cujos preparativos oferecem hoje uma perspectiva da organização militar e dos procedimentos de combate no Brasil do século XVI, uma mistura de arte militar medieval e renascentista com a guerra indígena.

Já para a conquista de Sergipe, no final do ano de 1589, foi organizada uma força considerável para o Brasil da época, a qual, comandada pelo provedor-mor do governo-geral, o experiente Cristóvão de Barros, que havia sido capitão-mor do Rio de Janeiro e combatido franceses e tamoiões, depois de vencer a batalha decisiva con-

tra o cacique Boipeba, destruir seu campo fortificado da várzea do Vaza-Barris e expulsar os aimorés aliados dos franceses para além do São Francisco, marchou para o rio Real, de lá expeliu os franceses e fundou o forte de São Cristóvão do rio Sergipe, núcleo da vila de São Cristóvão, consumando a conquista de Sergipe e garantindo a comunicação terrestre entre Bahia e Pernambuco.

Repelido o último ataque dos franceses à Paraíba, ao forte de Cabedelo em 1597, eles fizeram do Rio Grande do Norte sua nova base de operações. Ali, sua atividade motivou uma grande expedição com meios providos da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Metrópole. Nos primeiros dias de 1598, a esquadra de Manuel Mascarenhas, governador e capitão-mor de Pernambuco, chegou ao Rio Grande e desembarcou uma força que começou a construir, no dia 6 de janeiro, o forte que tomaria o nome de Reis Magos. Jerônimo de Albuquerque, nomeado comandante do forte por Manuel Mascarenhas, depois de pacificar os indígenas, fundou, na margem direita do rio Potengi, a povoação que, por ter seu pelourinho (ou matriz) inaugurado no dia 25 de dezembro de 1599, foi chamada de Natal. Esse foi o final da presença permanente francesa na costa nordeste do Brasil, passando seus navios a percorrerem a costa leste-oeste.

O último capítulo da conquista do litoral do Brasil se deu com a expulsão dos franceses do Ceará e do Maranhão, a fundação de Belém e a destruição de fortes ingleses e holandeses na foz do rio Amazonas.

Como ocorreu na conquista da Paraíba e Rio Grande do Norte, a do Ceará se iniciou por determinação do governador-geral com uma expedição que deixou a Paraíba em julho de 1603, sob o comando de Pero Coelho de Souza, composta por 65 soldados e cerca de 200 indígenas, tendo por comandantes subordinados vários caciques tabajaras e um potiguar. Conquanto tenha vencido os franceses e seus aliados indígenas na batalha da Serra da Ibiapaba (19 a 21 de janeiro de

1604), Pero Coelho não conseguiu se manter no Ceará, sendo forçado a recuar ao Rio Grande do Norte no ano seguinte.

Com as notícias da expedição chefiada por La Ravardiére ao Maranhão em 1612, retomaram-se os esforços para a conquista do Ceará, condição obrigatória para combater os franceses, que pretendiam ocupar também a foz do Amazonas. Jerônimo de Albuquerque, saindo de Recife em 16 de julho de 1613, fundou, em Jericoacoara, a povoação de Senhora do Rosário, lá deixando 40 homens para defendê-la. Essa pequena guarnição seria reforçada pelo contingente de Manuel de Sousa d'Eça, que, partindo de Pernambuco, chegou a tempo de enfrentar o ataque de 200 franceses desembarcados da grande nau *Régent* para destruir a povoação. Na batalha em que se feriu, arcabuzeiros portugueses dispersaram a força francesa, pondo-a em fuga e a fazendo embarcar apressadamente na nau. Tivessem os franceses destruído a povoação de Senhora do Rosário, em Jericoacoara, os portugueses jamais conseguiriam se aproximar da ilha de Sant'Anna, onde La Ravardiére havia construído o forte São Luís.

A expedição para expulsar os franceses foi comandada por Jerônimo de Albuquerque. Deixando Pernambuco em 24 de agosto de 1614 com uma força embarcada de algumas dezenas de arcabuzeiros e centenas de indígenas, ele reforçou as guarnições na sua linha de comunicações, no rio Ceará e em Jericoacoara, e chegou à baía de São Marcos em 23 de outubro, onde fundou o forte de Santa Maria. Não demorou muito a reação francesa. No dia 19 de novembro, uma esquadra comandada pelo próprio La Ravardiére desembarcou uma força de 200 franceses e 1.500 indígenas. A batalha de Guaxinduba foi um desastre para os franceses, que se recolheram, completamente batidos, aos seus fortes na ilha, sendo obrigados à rendição completa em 3 de novembro de 1615, o fim da França Equinocial.

Logo em seguida à rendição dos franceses, partiu do Maranhão uma expedição comandada por Francisco Caldeira Castello Branco com a

missão de criar uma capitania costa acima. Em 12 de janeiro do ano seguinte, adentrando à embocadura do Guajará, entre a ilha de Marajó e o continente, Castello Branco fundou o forte do Presépio, em torno do qual surgiu a povoação de Nossa Senhora do Belém.

Informado da presença de holandeses rio acima, Castello Branco solicitou reforços a Portugal e ao Maranhão. Em janeiro de 1619, com suas fortificações ainda incompletas, Belém conseguiu repelir um grande ataque indígena, mas foi colocada sob cerco, que seria levantado pelos reforços vindos de Pernambuco com Jerônimo Fragoso de Albuquerque, nomeado capitão-mor do Pará. Em 1623, chegou a Pernambuco Luís Aranha de Vasconcelos, com ordens da metrópole para expulsar os intrusos da região. Depois de receber navios, recursos e homens de Pernambuco, Rio Grande e Maranhão, Luís Aranha chegou a Belém em maio de 1623 e, já no final do mês, adentrava o braço sul do Amazonas, subindo-o na direção do Xingu. Na altura de Gurupá, enfrentou 15 canoas de indígenas hostis e tomou o forte holandês Orange, aprisionando sua guarnição. Em seguida, venceu outro combate de canoas e tomou o forte Nassau, capturando sua guarnição e artilharia. Reforçado por 1 caravela e 22 canoas trazidas por Bento Maciel Parente, expedição na qual se encontrava o depois famoso Pedro Teixeira, Luís Aranha foi verificar a ilha de Tucujus, que se encontrava abandonada, mas se deparou com um navio holandês, que foi incendiado e afundado. Mais tarde, em 1631, Jácome Raimundo de Noronha voltaria a Tucujus para arrasar definitivamente o forte para onde os ingleses tinham voltado.

A conquista do litoral criou as condições para a interiorização da ocupação do território quase continental no qual se formaria o Brasil. É difícil encontrar na história um paralelo a essa façanha. Em meio século, foi conquistada uma faixa litorânea de mais de 5.000km de extensão, de Cananeia à foz do Amazonas, na qual foram fundadas e defendidas pelas armas povoações que se tor-



nariam sedes de governos provinciais e, mais tarde, os principais centros do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, São Cristóvão, antiga capital de Sergipe, Paraíba, Natal, São Luís e Belém.

Décadas de interação ocorridas pela guerra não resultariam, porém, apenas na conquista de um espaço físico. Surgiram tipos humanos peculiares ao processo de aculturação multidimensional e recíproco, que caracterizou a formação do povo brasileiro: portugueses como João Ramalho e Martim Soares Moreno, caciques como Tibiriçá e Arariboia, e o mestiço brasileiro, cognominado mameluco, o guerreiro nato presente em todas as lutas e na epopeia do desbravamento do território.

Quando as forças holandesas, em 1630, depois de terem conquistado Olinda e Recife, começaram a sofrer pesadas baixas provocadas pelas incursões das companhias de assalto brasílicas, o coronel Waerdenburgh escreveu que combatia “um povo valoroso e ágil”, e registraria mais tarde: “acho este um povo de soldados vivos e impetuosos, aos quais nada mais falta que boa direção, e que não são de nenhum modo como cordeiros... posso eu afirmar, porque por vezes o tenho experimentado”<sup>9</sup>. O país que os holandeses tinham invadido possuía uma cultura muito própria, da qual emergiria uma nova forma de guerra.

Essa forma de guerra já havia sido esboçada na primeira invasão holandesa a Salvador, em 1624, quando companhias de emboscadas, constituídas por habitantes da terra, brancos, mamelucos e indígenas, isolaram a cidade ocupada pelo invasor, hostilizado sempre que dela se aventurava a sair, o que lhe custou a vida do seu comandante e do seu subcomandante, contribuindo para a inação dos holandeses atrás de suas fortificações, o que lhes seria fatal. Uma poderosa esquadra hispano-portuguesa vinda da Europa, sob o comando do nobre espanhol D. Fradique de Toledo Osório, travou uma batalha de sítio, segundo o figurino da ciência militar da época, até obter a rendição holandesa.

Os vínculos entre as capitanias, no entanto, trouxeram reforços à luta contra os holandeses cercados em Salvador, com a chegada, em abril de 1625, de uma força de Pernambuco, comandada por Jerônimo de Albuquerque Maranhão, e outra do Rio de Janeiro, com 2 caravelas e 4 canoas, transportando 200 combatentes brancos e indígenas, sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benevides.

Essa força vinda do Rio chegou com moral elevado, pois, a caminho de Salvador, venceu, em março, os navios e homens do corsário Piet Heyn, que atacavam Vitória. Confiante, Salvador Corrêa se ofereceu a D. Fradique para realizar uma incursão com o objetivo de incendiar os navios holandeses no porto, chegando algum planejamento a ser feito, mas o comandante espanhol vetou a ação.

Cinco anos depois, o curso da Guerra dos Trinta Anos havia se tornado adverso aos Habsburgos e, com a captura pelos holandeses da rica frota de prata espanhola em Cuba, a Companhia das Índias Ocidentais passou a dispor de recursos financeiros suficientes para uma nova tentativa. O Brasil não era uma presa importante apenas pela produção de açúcar. Conquistar o Nordeste brasileiro significava dominar o Atlântico Sul, o caminho para as Índias, que os holandeses queriam tirar das mãos portuguesas. Significava também controlar o tráfico negreiro no Atlântico, objetivo já evidenciado na incursão de Piet Heyn a Angola e, mais tarde, nas cogitações de Maurício de Nassau. No início do século XVII, o Brasil entrara definitivamente no mapa mundial da guerra.

A segunda invasão holandesa foi levada a efeito por uma esquadra e uma força de desembarque consideravelmente mais bem preparadas e equipadas do que as empregadas contra Salvador em 1624. Depois de uma cautelosa aproximação do litoral brasileiro, a esquadra holandesa iniciou o ataque contra Olinda em 15 de fevereiro de 1630. Após 16 dias de intenso combate, caíram os fortes de São Jorge e do Mar, consumando a

queda de Recife. As primeiras notícias da invasão provocaram forte comoção no interior, de onde vieram combatentes para engrossar as forças de Matias de Albuquerque.

No Arraial de Bom Jesus, que reuniu em torno do Forte Real a população refugiada, apresentaram-se Antônio Felipe Camarão, com cerca de 200 indígenas; e, como narrou Duarte de Albuquerque Coelho, “por entender que necessitaríamos de sua pessoa”<sup>10</sup>, Henrique Dias, pronto para combater, acompanhado de “alguns de sua cor”<sup>11</sup>, sendo feito capitão dos que o acompanharam e dos que “pudesse juntar como se fossem livres”<sup>12</sup>. Dessa vez, da Europa, vieram apenas 2 caravelas com pólvora, munições e 60 homens. A resistência se organizou, portanto, exclusivamente com os meios locais.

Por diversas razões e formas, a guerra perdurou por toda a ocupação holandesa no Brasil, sendo, na maior parte do tempo, de resistência. De início, as forças brasílicas, graças ao desenvolvimento de táticas adequadas, desfrutaram de superioridade operacional sobre um inimigo treinado nos moldes europeus da época. A traição de Calabar, que revelou as táticas de emboscadas e o terreno no interior, permitiu que os holandeses rompessem o dispositivo de cerco a Recife, estabelecido por Matias de Albuquerque e, usando de sua mobilidade estratégica conferida pelo domínio do mar, expandissem seu domínio até o Rio Grande do Norte e Sergipe, levando a guerra a Salvador e chegando a dominar o Maranhão.

O domínio holandês, no entanto, após seguidas vitórias militares, não estava consolidado. Ao retornar à Europa em 1644, após sete anos de governo, Maurício de Nassau, apontou, dentre as causas da “miséria e fraqueza” do Brasil Holandês: a “infidelidade dos pernambucanos” e a emigração em massa, em 1635 e, após, dos moradores para a Bahia. Confirmavam-se assim os fatores apontados pelos conselheiros da Companhia das Índias Ocidentais contrários à invasão do Brasil: a continuidade da terra e a aceitação por parte dos indígenas dos costumes e religião

dos portugueses<sup>13</sup>. As razões para a resistência ao invasor, porém, eram mais amplas. Os holandeses tentaram dominar uma população que escolhia seus representantes às câmaras municipais; que levava suas querelas a uma justiça com três instâncias, a superior no Tribunal da Relação da Bahia; e que possuía interesses econômicos locais e além-mar. O povo mesclava distintos contingentes étnicos, fossem eles nativos ou adventícios, e era católico, rejeitando o credo calvinista do invasor. No século XVII, o Nordeste brasileiro não viveu uma guerra entre portugueses e holandeses. O que começou como um episódio de guerra imperial se transformou em uma guerra insurrecional de libertação, porventura a primeira da história, antes mesmo que esses termos fossem conhecidos. A mobilização, a resiliência e o acultramento da população à guerra deram ao conflito um caráter identitário que haveria de ter desdobramentos na posterior evolução da nação.

Em nenhuma parte do Brasil, no entanto, a guerra foi tão intensa e contínua quanto na região do Prata. Ali, a disputa entre portugueses e espanhóis e seus descendentes aconteceu em função do processo histórico de construção de um espaço rico em recursos naturais e bem articulado com outras regiões do continente e o Atlântico Sul. No século XVI, três núcleos – São Vicente (1532), Assunção (1537) e Buenos Aires (1580) – conformavam o triângulo geo-histórico da bacia platina, irradiando os projetos concorrentes de domínio da região. A essa rivalidade logo se somou outra disputa, entre as duas iniciativas de ocupação do espaço no continente: a catequese jesuíta e o desbravamento bandeirante.

Como resultado, no início do século XVIII, restava um território vazio e de posse indefinida, o extenso território que, entre a faixa litorânea dominada pelos portugueses em Santa Catarina, o estuário do Prata controlado por Buenos Aires e as Missões Jesuíticas sob administração espanhola, estendia-se das margens do rio da Prata até os contrafortes da Serra Geral ao norte do rio Jacuí, balizada a oeste pelo rio Uruguai e a leste

pelo Atlântico. À época, dois encadeamentos históricos incidiam sobre o quadro geopolítico e humano da região. O primeiro foi o agravamento das rivalidades entre as nações-estado na Europa, com Portugal e Espanha invariavelmente em campos opostos das sucessivas coligações, o que oportunizou a consecução de pretensões territoriais que se chocavam no Prata. O segundo foi o ciclo de ouro e diamantes no Brasil, que não teria acontecido sem a estrada que ligaria o núcleo de expansão econômica, São Paulo, com a fronteira em construção no Sul, a estrada que levou a cabo a unidade nacional.

Em 1725, foram tomadas as primeiras medidas para explorar as vacarias e estabelecer o caminho que as ligasse aos campos de Curitiba, por sua vez, já ligados a São Paulo. Historicamente, as primeiras tropas de cavalos e muare chucros, dos quais, depois de amansados, surgiram tropas carregadas, entram em São Paulo e Minas, vindos do atual Uruguai, em 1733, dando início ao tropeirismo no Brasil, que iria durar até os anos 30 do século XX.

Nasce, então, a preocupação com a delimitação do Brasil ao sul, a fronteira sul que havia de ser construída e defendida. Escrevendo ao governador da Repartição Sul, general Gomes Freire de Andrade, o brigadeiro Silva Pais afirmou estar convicto de que o “Rio Grande é tanto melhor para se conservar que Montevideo, e ainda, a Colônia”<sup>14</sup>. Dá-se, então, o lance decisivo de um longo percurso de ocupação do Sul, com o desembarque de Silva Pais na margem sul do canal da barra do Rio Grande, onde o esperavam os vaqueiros de Cristóvão Pereira de Abreu, contratador de couros, que logo colocou uma guarda avançada de 12 homens no Chuí. Lance decisivo complementado com a fortificação da ilha de Santa Catarina.

A partir daí, vai ter início uma Guerra dos Cem Anos no Prata, o encadeamento de guerras entremeadas por tratados, sem que nunca tenha havido realmente paz, até a conclusão desse conflito histórico, cujo resultado definiria, mais do

que fronteiras, a vida política das nações na região. À Guerra Guaranítica (1756), sucederam-se as invasões espanholas de 1763 e 1773, a Guerra de 1801, a Guerra de 1811, a Guerra contra Artigas (1816-1819), a Guerra de 1825, a Guerra contra Oribe e Rosas (1852) e, finalmente, a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

A dinâmica da formação do Rio Grande foi condicionada pela fronteira, plena de lutas, mas também de interações, estas inicialmente dos paulistas e açorianos com o elemento autóctone guarani<sup>15</sup>. Com as invasões espanholas, entrou em cena outro elemento, o português, porém específico às necessidades do momento, o soldado, “o que teve mais íntimo e mais dilatado contato, no tempo e no espaço, com a terra e com as gentes do Rio Grande”<sup>16</sup>. O soldado que povoou o espaço e a cultura rio-grandense, porém, não foi apenas o português. Os regimentos enviados por Lisboa se juntaram à Legião de São Paulo, à Legião de Santos e à Legião do Rio Grande, que atuavam na fronteira do rio Pardo, na defesa de Porto Alegre e na Campanha, respectivamente<sup>17</sup>.

A conquista do continente de São Pedro se deu pelas fortificações, pela instalação de corpos de tropa vindos de Portugal e de outras regiões do Brasil e, sobretudo, pelas ondas sucessivas de ocupação da terra. Com a paz em 1777, conformou-se um quadro institucional próprio à consolidação da atividade criatória que deu origem às primeiras articulações do Rio Grande, a estância, com a qual surgiu a figura do estancieiro, geralmente um soldado miliciano<sup>18</sup> que povoaria, vigiaria e, por fim, traçaria a fronteira sul.

## **Ethos**

A entrada em operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial é um episódio memorável da história militar do Brasil, cuja mais importante lição é de caráter moral. Por entrada em operações da FEB devem ser entendidas as ações de combate



executadas entre 15 de setembro, pelo Destacamento FEB, e 12 de dezembro, data do último ataque a Monte Castelo por toda a 1ª Divisão de Infantaria Divisionária (1ª DIE) no ano de 1944, sem dúvida amargo para os Aliados no norte da Itália.

A FEB iniciou suas operações como destacamento à base do 6º RI, vindo no 1º escalão de embarque, atuando no vale do Sercchio entre 15 de setembro e 1º de novembro, e como divisão completa empregada no vale do Reno, depois da chegada à Itália do 1º e 11º RI, nos 2º e 3º escalões: zonas de ação bastante distintas em termos de terreno e natureza das operações de combate e unidades em situações muito diferentes de treinamento. Enquanto, no vale do Sercchio, o destacamento FEB, que havia sido equipado oportunamente e testado no duro exercício de Vada, recebeu a missão de substituir unidades norte-americanas, manter contato com o inimigo e persegui-lo mediante ordem, no vale do Reno, a divisão brasileira, em função da rápida deterioração da situação dos aliados naquele setor da frente do V Exército norte-americano, foi prematuramente lançada ao combate em que a “luta era severa e difícil” (Mascarenhas, 1969, p. 202), sem que o grosso do seu efetivo houvesse tido a “oportunidade de completar seu treinamento tático” (Ibid., p. 207).

Quando a 1ª DIE, já reunida sob o comando do general Mascarenhas de Moraes, começou, no dia 1º de novembro, a ser substituída, no vale do Sercchio, pela 92ª DI norte-americana e iniciou seu deslocamento para o vale do Reno, onde substituiria o Combat Command B (CCB), que estava “à beira do desastre iminente” (Ibid., p. 214), o seu único regimento pronto para o combate, o 6º RI, estava em ação ininterrupta há 45 dias, assumindo a divisão brasileira no Reno “uma frente da ordem de 15km<sup>19</sup>” (Ibid., p. 223), totalmente devassada pelo inimigo, que dominava as alturas dos maciços montanhosos fronteiros à estrada 64, que ligava Pistoia a Bolonha, eixo de comunicação e abastecimento do IV C Ex

(Corpo de Exército), ao qual estava subordinada a 1ª DIE.

Depois de assumir essa extensa frente e empregar, nos dias 17, 18 e 19 de novembro, o desgastado 6º RI em combate para melhorar sua linha, a 1ª DIE, tendo finalmente substituído o 6º RI pelo 1º RI na noite de 20 de novembro, recebeu ordens para ceder o III/6º RI, o Esquadrão de Reconhecimento e um pelotão do 9º BE ao Grupamento Tático da 45ª DI (Task Force 45) norte-americana, incumbido de realizar um ataque em 24 de novembro sobre Monte Castelo e Abetaia, “o qual redundou em completo insucesso” (Mascarenhas, 2005, p. 109). Esse ataque da Task Force 45 foi repetido no dia seguinte, 25 de novembro, conseguindo atingir Monte Castelo e Monte Belvedere, sendo repellido, no primeiro, por carros de combate alemães, mas conseguindo os atacantes se manterem no segundo. Os dois ataques “abriram claros muito sensíveis nas fileiras do Batalhão Silvino (III/6º RI)” (Ibid.).

Cedendo aos protestos do comandante brasileiro quanto ao emprego fracionado da sua divisão, o IV C Ex reverteu ao comando da 1ª DIE as unidades cedidas à Task Force 45, atribuindo-lhe a missão de conquistar Monte Castelo. A instrução de operações nº 71, de 26 de novembro de 1944, do IV C Ex, atribuía à 1ª DIE a missão de “dentro de sua zona de ação, capturar a crista que corre do Monte Belvedere para o noroeste, inclusive Monte Castelo, a fim de impedir que o inimigo tenha vistas sobre a estrada 64” (Ibid., p. 111), para o que a divisão brasileira empregou os meios de que dispunha: I/1º RI e III/11º RI em primeiro escalão e o III/6º RI em reserva, com dois grupos de artilharia em apoio direto e um em ação de conjunto, sem contar com apoio aéreo, em uma evidente desproporção de meios em relação à magnitude do objetivo.

Na véspera do ataque da 1ª DIE, previsto para o dia 29 de novembro, os alemães fizeram, à noite, um ataque contra os norte-americanos em Belvedere, expulsando-os da importante posição, capturando carros de combate e fazendo

60 prisioneiros, com o que passava a ficar exposto o flanco esquerdo do ataque brasileiro na manhã seguinte. Apesar dessa ameaça e das copiosas chuvas que atrasaram a ocupação da base de partida, o ataque se iniciou às 07h00, antecedido por intensa preparação de fogos. Até o meio-dia, tudo indicava o êxito do grupamento do general Zenóbio, comandante da Infantaria Divisória, incumbido do ataque. Batidos por fogos ajustados e de armas automáticas, e sofrendo sucessivos contra-ataques, os dois batalhões, no entanto, não conseguiram progredir, retornaram à base de partida e passaram a noite reajustando seu dispositivo, custando a ação 190 baixas. Animados pelo revés imposto aos brasileiros, os alemães, no dia 30, lançaram inúmeras patrulhas contra o dispositivo da 1ª DIE, causando sensíveis claros, também motivados pelo contínuo fogo de canhões de 170mm, fora do alcance da artilharia aliada.

Segundo a diretriz do V Exército, no sentido de retomar a ofensiva antes do inverno, o IV C Ex, em 5 de dezembro, atribuiu à 1ª DIE a missão de capturar e manter a crista Belvedere-Della Torracia, para o que o general Mascarenhas realizou cuidadoso reconhecimento do terreno no dia seguinte. Diante da premência de tempo e da enorme frente atribuída à divisão, o general Mascarenhas escolheu como objetivo Monte Castelo.

O quarto ataque a Monte Castelo com a participação dos brasileiros começou na manhã fria e chuvosa de 12 de dezembro de 1944. Com visibilidade reduzida a menos de 100 metros, o ataque não foi antecedido de preparação de fogos e teve a ajustagem dos tiros de artilharia bastante dificultada. A surpresa pretendida pela não realização de fogos de preparação foi quebrada por concentrações prematuras da artilharia norte-americana sobre Belvedere e pelo atraso de um dos batalhões na ultrapassagem da linha de partida, devido ao lodaçal em que se havia transformado o acesso às posições de ataque.

Os dois batalhões em primeiro escalão, o III (Franklin) e o II (Syzeno) foram colhidos por

intensas barragens de morteiros. O batalhão Franklin conseguiu ultrapassar a primeira barreira e se lançou sobre Monte Castelo, no entanto o batalhão Syzeno, que partira atrasado e foi batido desde o início da progressão por fogos ajustados, acabou detido na linha Casa di Guannella – La Ca – C. Vitelline. O comandante do grupamento empregou então a reserva, constituída pelo III/11º RI, mas o batalhão não conseguiu se articular no terreno. Com isso, o ataque ficou descoordenado, tornando-se fácil para os alemães concentrar fogos sobre os primeiros elementos do batalhão Franklin que atingiram o cume de Monte Castelo, matando todos.

Alvejado pelo fogo aproximado e cruzado, uma característica marcante do bem elaborado sistema de defesa alemão, o batalhão Franklin recuou. Às 15h00, o general Zenóbio determinou a retirada das unidades atacantes para a linha de partida, sendo particularmente trágica a do batalhão Franklin. As circunstâncias descritas anteriormente alteraram a execução do ataque desde o seu início, porém a tropa se lançou com determinação sobre o objetivo e, não conseguindo conquistá-lo, recuou em perfeita ordem, quando foram protagonizados vários atos de heroísmo para trazer da terra de ninguém companheiros abatidos. O segundo ataque brasileiro a Monte Castelo custou 145 baixas – 112 ao 1º RI e 33 ao I/11º RI, unidade em apoio ao escalão de ataque (Pinheiro, 1980, p. 38).

A entrada em operações da FEB na campanha da Itália foi uma duríssima prova. Sem contar com as baixas do Destacamento FEB no Serschio, entre a sua entrada em linha no Reno e o ataque de 12 dezembro, a 1ª DIE acumulou “um passivo de 1.000 baixas” (Moraes, 2005, p. 119). O revés não foi apenas brasileiro, pois os Aliados sofreram vários nesse período, sendo, na verdade, a 1ª DIE “o último trunfo que restava ao jogo estratégico do comando aliado na Itália” (Moraes, 1969, p. 225). O perfeito entendimento da missão e o cabal cumprimento das ordens pela 1ª DIE salvaram a frente aliada no Reno à beira do

desastre no início de novembro e, como reconheceu o general Crittenderguer, comandante do IV C Ex, “as investidas dos brasileiros contra Monte Castello haviam desafojado bastante a pressão alemã no ameaçado flanco direito do V Exército” (Moraes, 1969, p. 226). A FEB conquistara o respeito dos Aliados na Itália, traduzido nas palavras do novo comandante do V Ex, general Lucian Truscott, ao general Mascarenhas: “a divisão brasileira será tratada como divisão americana” (Ibid., p. 230).

Aos infortúnios imprevisíveis da guerra somaram-se, porém, situações difíceis e até vexatórias, que podiam ter sido evitadas. Nas palavras do próprio comandante da FEB, foi decepcionante o estado sanitário dos primeiros efetivos brasileiros desembarcados, bem como decepcionante foi o estado de imprestabilidade dos seus uniformes, agasalhos e calçados, ao que se acrescentava a cor do uniforme brasileiro, assemelhada ao do alemão, o que provocava perigosas confusões. Mais graves, como também observou o general Mascarenhas de Moraes, foram os erros de formação do contingente expedicionário no Brasil, em que o sentimento nacional fora largamente trabalhado pela propaganda nazifascista, o que, junto com outros fatores, repercutiu no enfraquecimento da disciplina.

Dentre esses fatores adicionais, avulta a falta de ação de comando de alguns comandantes de subunidade, que, recém-saídos da Escola Militar e dos CPOR, sem experiência de tropa, descuidavam dos homens e do material, o que gerou ocorrências desagradáveis.

Heterogeneidade das unidades em termos de treinamento, falta de integração entre comandos e estados-maiores, deficiências de equipamento, tudo isso viria a ser superado. Durante o período de estabilização que a FEB viveu a partir de dezembro de 1944, foi intensificada a ação de comando sobre a tropa, desde o mais alto escalão até as pequenas frações; as patrulhas se tornaram cada vez mais agressivas e constantes; o trabalho integrado dos estados-maiores foi aperfeiçoado;

e as dificuldades com uniformes e agasalhos atenuadas pelo esforço do comandante do V Exército e por uma boa dose de improvisação e flexibilidade, características do soldado brasileiro.

Ainda nas palavras de seu comandante, “a FEB emergiu por esforço próprio dos reveses promovidos por causas que escaparam à sabedoria de chefes dedicados e experientes” (Ibid., p. 165). Essa superação, no entanto, não foi uma questão de sorte, de fortuna. As razões para os integrantes da 1ª DIE enfrentarem com sobranceira, e até arrojo, condições de combate desiguais, entre setembro e dezembro de 1944, estão além dos aspectos do equipamento, do treinamento e do enquadramento.

Fortes laços de camaradagem nascidos da experiência de combate foram o amálgama das pequenas frações da FEB, da companhia ao grupo de combate. Ao longo de toda a escala hierárquica, entretanto, existia um vínculo em torno da razão para ali estarem: a pátria, sentida com a mesma intensidade, tanto pelo oficial educado e formado para servi-la, quanto pelo soldado, que, na sua simplicidade e espontaneidade, sabia o que fazer para cumprir o seu dever para com ela. Quando a FEB encerrou sua participação na guerra, foi a Guararapes, o Altar da Pátria, que veio o seu comandante, general Mascarenhas de Moraes, acompanhado de seu chefe da Seção de Operações, o tenente-coronel Castello Branco, depositar os louros da vitória.

## Ciência militar

A vitória na guerra não é alcançada apenas pelo sentimento de nacionalidade e pelos valores morais que animam o Exército. É preciso competência, a qual, da mesma maneira que ocorre em outras áreas de atuação humana, provém da liderança, da visão e do conhecimento de chefes à altura dos desafios que se apresentam.

Na guerra mais longa e difícil que o Brasil travou como nação independente, não faltaram,

desde o primeiro momento, patriotismo e coragem de chefes e soldados vindos de todos os cantos do país. Quis, porém, o destino providencial que o Brasil dispusesse àquela altura de sua evolução social e política, diante da agressão injustificada à sua soberania e à sua integridade territorial, um dos grandes chefes da história militar, Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

A Campanha do Paraguai na Guerra da Tríplice Aliança é uma fonte inestimável para a história militar e berço da maior parte da tradição militar brasileira. A condução dessa campanha pelo Marquês de Caxias é um caso exemplar da aplicação da ciência militar no teatro de operações e nos campos de batalha, condicionada pela correta compreensão da política que conduz a guerra. Ao assumir o comando das forças brasileiras, em 10 de outubro de 1866, Caxias herdou uma situação complicada: estratégica, tática, política e diplomática.

Só havia um eixo de operações possível, o rio Paraguai, bloqueado por Humaitá e pelo quadrilátero, o perímetro defensivo que Solano López havia erguido em torno da fortaleza. A essa altura, o ditador paraguaio dispunha de cerca de 40.000 homens para manter essas posições, efetivo superior ao aliado, que girava em torno de 30.000. Taticamente a situação aliada não era boa, pois os paraguaios estavam bem instalados defensivamente e a artilharia pesada alcançava até metade do acampamento de Tuiuti, a base de operações aliada. A posição de Curuzu à beira do rio Paraguai, no flanco esquerdo aliado, tornara-se um enclave inútil, e Curupaiti, logo acima, bloqueava o movimento da esquadra.

Quanto aos aliados argentinos e uruguaios, depois do revés de Curupaiti, em setembro, o efetivo de suas tropas declinou consideravelmente, devido às baixas e às complicações políticas em seus países. E o vazamento do Tratado não causou apenas protestos de chancelaria. Em outubro de 1866, eclodiu uma revolta em Mendoza, apoiada pelo Chile, que exigia a saída da Confederação Argentina da Tríplice Aliança. Navios

brasileiros tiveram que transportar soldados argentinos até Rosário, de onde marcharam para sufocar a revolta. Em março de 1867, apresentou-se no quartel-general de Caxias, como mediador de um acordo de paz, o representante diplomático dos Estados Unidos em Assunção, Mr. Washburn, agindo mais como preposto de López do que como representante de seu país. Em setembro, apresentou-se, animado do mesmo propósito, um funcionário da embaixada britânica em Buenos Aires, Mr. Gould, que, depois, descobriu-se estar atuando por conta própria. A tais intervenções somavam-se as tentativas de navios norte-americanos, ingleses, italianos e franceses de romper o bloqueio brasileiro no rio Paraguai.

Politicamente era delicada a situação do comandante em chefe brasileiro. A relação entre os comandantes aliados se azedara depois de Curupaiti, e as suscetibilidades de Mitre, comandante geral aliado, acentuaram-se com a nomeação de Caxias, que agora enfeixava o comando, não apenas do exército como também da esquadra brasileira. Mitre insistia no emprego da esquadra para ultrapassar Humaitá, antes da conquista da fortaleza, o que Caxias, atento ao quadro geral das operações e sensível às ponderações do vice-almirante Joaquim José Inácio, comandante da esquadra, jamais permitiria.

A atuação de Caxias como comandante em chefe brasileiro e aliado, depois da partida de Mitre do Paraguai, em janeiro de 1868, é, por qualquer ponto de vista, estratégico-operacional, tático e de organização e preparo, impressionante, até segundo os padrões atuais. Antes mesmo de assumir o comando, atuou para que Osorio, que tratava da saúde em Pelotas, fosse nomeado comandante de armas da província do Rio Grande do Sul, onde seria organizado o III C Ex. E logo que assumiu o comando, colocou ordem na balbúrdia de Tuiuti, adotando um sistema de inspeções e treinamento das unidades, criando um serviço de polícia no acampamento e depósitos para coibir as rapinas e o contrabando que alimentava os paraguaios, saneando

hospitais e enfermarias. Em seguida, dedicou-se aos preparativos para a campanha, adestrando a cavalaria, que seria vital na fase seguinte das operações, e providenciando o levantamento do terreno e das posições paraguaias com o emprego de balões de observação. Quando se colocou em movimento, em 23 de julho de 1867, não parou mais, até destruir completamente o exército paraguaio, em dezembro de 1868.

Nesse ano e meio de campanha praticamente ininterrupta, Caxias inverteu, por duas vezes, a vantagem estratégica aparentemente irreversível de que os paraguaios desfrutavam. Na primeira, depois de uma marcha de flanco de 60km feita em 9 dias, na qual levou o grosso do exército à retaguarda do inimigo, Caxias, coordenando o emprego do I e III C Ex com a ação da esquadra no rio Paraguai, cercou e isolou a fortaleza de Humaitá, tida por inexpugnável, levando, em agosto de 1868, à rendição dos remanescentes de sua guarnição que haviam se refugiado no Chaco, à margem direita do rio.

Em seguida, quando Solano López organizou nova defesa no arroio Piquiciri, muito bem-preparada com antecedência e situada 40km ao sul de Assunção, também tida por incontornável, Caxias envolveu a posição de Lomas Valentinas com a marcha do Chaco, colocando, mais uma vez, o grosso do seu efetivo à retaguarda do inimigo e o destruindo na série de batalhas que passou à história como *Dezembrada*.

## Conclusão

A história militar é “o estudo sistemático de operações bélicas realizadas por forças militares a serviço de entidades políticas”<sup>20</sup>. É estudo, portanto, ciência, das operações bélicas, levadas a efeito por forças militares; o que subentende um *ethos*, um sistema de códigos e valores; e a serviço de uma entidade política, que, em nossa atualidade, toma forma em uma nação organizada como estado. Por si só, esse enunciado explica o papel da história militar no mundo atual.

É preciso reverter a segregação a que foi submetida a história militar como resultado da condenação da guerra nas sociedades modernas. André Corvisier, eminente historiador francês, alertou que


esvaziar da história o estudo da guerra, pelo motivo quase unanimemente admitido pelas pessoas sensatas de que ela é detestável, equivale a amputar a história de um dos seus mais poderosos vetores<sup>21</sup>.

Escrevendo há mais de 60 anos, no auge da Guerra Fria, Hannah Arendt apontou como

guerras e revoluções, não o funcionamento de governos parlamentares e sistemas democráticos fundamentados em partidos políticos, foram as experiências políticas do século XX (Arendt, 2004, p. 125).

Hoje, com guerras e revoluções desafiando interna e externamente as democracias, continua válido o seu alerta, de que a própria “existência nua e crua de estado e nação depende da segurança das fronteiras e da relação das nações entre si”, preocupações que devem preceder todas as outras do estadista, atento ao “perigo que está sempre à espreita nas relações internacionais” (Ibid., p. 133).

Inverteu-se a fórmula clausewitziana, passando a política a ser uma continuidade da guerra, conduzida não meramente com meios de astúcia, políticos ou diplomáticos, mas, agora, sobretudo, com estratégias de guerra que, na paz, matam, antes de tudo, a vontade de uma sociedade se defender. “Uma paz na qual tudo pode acontecer para tornar perfeitamente possível uma guerra” (Ibid., p. 134), como concluiu Arendt.

As maiores lições que podem ser extraídas da história militar do Brasil são as formas brasileiras de lutar a guerra, uma cultura que, ao longo da formação e da evolução da nação, manifestou-se na pertinácia, habilidade e disciplina com que o povo brasileiro se houve nas mais difíceis situações do mais complexo fenômeno social, a guerra. 



## Referências

ARENDT, Hannah. **O que é a Política?** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. **O Preparo para a Guerra**. A Defesa Nacional, n. 727, set-out 1986, p. 57-73.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. **Clausewitz, o Plano Schlieffen e o Princípio do Objetivo**. A Defesa Nacional, n. 745, set-out 1989, p. 108-120.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. **Um futuro para a História Militar**. A Defesa Nacional, Ano LXXXII, n. 773, 3º Trim. 1996, p. 5-16.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. **História Militar: passado e futuro**. A Defesa Nacional, Ano LXXXVI, n. 786, jan, fev, mar, abr 2000, p. 11-20.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. **História e Conhecimento: suas conexões e perspectivas**. UFPR: Curitiba, 2014.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. **A Construção da Fronteira Sul: a guerra de 1825**. IHGRGS: Porto Alegre, 2015.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. **Cinco Séculos de História Militar do Brasil: espaço, cultura, sociedade e nação**. IHGB: Rio de Janeiro, 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Editora Global, 2003.

LUVAA, Jay. **A História Militar ainda tem utilidade**. A Defesa Nacional, Ano LXXXII, n. 771, 1º Trim. 1996, p. 57-73.

MORAES, João Batista Mascarenhas de **Memórias: Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes**, v. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Livraria José Olympio Editora, 1969.

MORAES, João Batista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

PINHEIRO, José Juarez Bastos. **A Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial: resumo histórico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ivo Alonso Nunes Comércio de Livros Ltda., 1980.

POPPER, Karl. **Textos escolhidos, Karl Popper**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2010.

TOPOLSKI, Jerzy. **Methodology of History**. D. Reidel Publishing Company, Inc. Dordrecht, Holland; Boston, USA, 1976.

TOPOLSKI, Jerzy. **Polish Historians and Marxism after World War II**. Studies in Soviet Thought, vol. 43, nº 2, 1992, p. 169-1983. JSTOR. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20099439>. Acesso em: 22 ago 2024.

---

## Notas

<sup>1</sup> Palestra realizada no Comando Militar do Sul, Porto Alegre/RS.

<sup>2</sup> Jerzy Topolski (1928-1998) foi um importante pesquisador e metodólogo polonês. Em seu estudo *“Polish Historians and Marxism after World War II”*, redigido em 1990, ele explica como a dominação soviética, além de restringir a soberania polonesa, exerceu pressão ideológica sobre as ciências, incluindo as disciplinas históricas, sem que isso tenha comprometido a significativa contribuição que fez em *Methodology of History*, de 1973, bastando escoimá-la das “leis objetivas da história”, irremediavelmente tautológicas ou cerceadoras.

<sup>3</sup> Aqui também cabe uma ressalva “às continuidades da vida social”, como colocado por Topolski. Como Burke explica: “História é mais bem definida como o estudo de sociedades humanas no plural [...] apenas mediante a comparação da história com outras disciplinas, poderemos descobrir em que aspectos determinada sociedade é única” (Burke, 2002, p. 13). Também a esse respeito, Karl Popper alertou que o “curso do desenvolvimento histórico nunca é traçado por constructos teóricos, seja qual for o seu grau de excelência” (Popper, 2010, p. 290).

<sup>4</sup> Vide Costa, 1996, p. 57-73.

<sup>5</sup> Vide Costa, 2014, p. 13.

<sup>6</sup> Vide Costa, 2021, p. 35.

<sup>7</sup> Vide Costa, 1989, p.108.

<sup>8</sup> Em 1531, quando deixava a Baía de Todos os Santos rumo ao Sul, a esquadra de Martim Afonso de Sousa presenciou um combate entre cerca de 100 canoas de guerra indígenas, algumas delas guarnecidas por 60 homens (Vide Costa, 2021, p 83).

<sup>9</sup> Vide Costa, 2021, p. 191.

<sup>10</sup> Vide Costa, 2021, p. 198.

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> Ibid.

<sup>13</sup> Ibid., p. 175.

<sup>14</sup> Vide Costa, 2015, p. 39.

<sup>15</sup> Ibid., p. 42-43.

<sup>16</sup> Ibid., p. 44.

<sup>17</sup> Ibid., p. 49.

<sup>18</sup> Vide Costa, 2015, p. 51

<sup>19</sup> Posteriormente estendida a 18km. “A 1ª DIE ocupou e manteve a Linha de Inverno, sensivelmente avançada em relação à linha que recebeu da 1ª Divisão Blindada” (Moraes, 2005, p. 121).

<sup>20</sup> Vide Costa, 2021, p. 41.

<sup>21</sup> Ibid., p. 31.